

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE, UNICENTRO

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, SESA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, DECON

AURELIO RAFAEL DIAS NUNES

**AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: contribuições para a
economia paranaense**

**Guarapuava/PR
2025**

AURELIO RAFAEL DIAS NUNES

**AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: contribuições para a
economia paranaense**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel, sob orientação do Prof.: Dr. Márcio Marconato.

**Guarapuava/PR
2025**

AURELIO RAFAEL DIAS NUNES

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: contribuições para a economia paranaense

Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Marconato
Orientador

Profa. Dra. Zoraide da Fonseca Costa
Avaliador

Prof. Dr. Simão Ternoski
Avaliador

Aprovado em: 14/11/2025

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o papel da agricultura no desenvolvimento econômico do estado do Paraná nas duas primeiras décadas do século XXI. Partindo da hipótese de que o crescimento da produção também se refletiu na geração de empregos e na elevação da renda, analisou-se a evolução da produção agrícola e seu impacto no PIB das regiões e dados relacionados a emprego e renda na agricultura. Para metodologia utilizou-se pesquisa de natureza descritiva e exploratória em relação aos dados, buscou-se dados de fontes secundárias como IBGE. Os resultados indicam que as commodities agrícolas especialmente soja, milho e trigo contribuíram significativamente para o fortalecimento do setor primário e para o aumento do PIB regional, embora os avanços econômicos não tenham sido acompanhados, na mesma proporção, por melhorias sociais. Conclui-se que o agronegócio se consolidou como vetor essencial do crescimento econômico paranaense, mas sua expansão de forma desigual o que indica que para um desenvolvimento econômico é necessário outros fatores.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico; agricultura; commodities.

ABSTRACT

This study aims to analyze the role of agriculture in the economic development of the state of Paraná during the first two decades of the 21st century. The methodology employed was descriptive and exploratory research. Regarding the data, secondary sources such as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) were used. Based on the hypothesis that the growth in agricultural production was also reflected in increased employment and income, the study analyzed the evolution of agricultural output and its impact on the regional GDP, as well as data related to employment and income in the agricultural sector. The results indicate that agricultural commodities especially soybeans, corn, and wheat have significantly contributed to strengthening the primary sector and increasing regional GDP, although economic progress has not been accompanied, to the same extent, by social improvements. It is concluded that agribusiness has established itself as an essential driver of Paraná's economic growth; however, its uneven expansion indicates that achieving sustainable economic development requires the involvement of additional structural and social factors.

Keywords: economic development; agriculture; commodities

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 6 |
| 2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | 10 |
| 2.1 Adam Smith e os caminhos para o desenvolvimento | 10 |
| 2.2 Crescimento e o papel das inovações em Schumpeter | 12 |
| 2.3 Keynes e o Estado na promoção do desenvolvimento econômico | 14 |
| 2.4 Estruturalismo latino-americano e os caminhos para o desenvolvimento .. | 15 |
| 2.5 Percepções gerais sobre desenvolvimento econômico | 18 |
| 3 AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE | 21 |
| 3.1 Agricultura e a economia brasileira | 21 |
| 3.2. A economia paranaense e os ciclos econômicos | 24 |
| 4 METODOLOGIA | 27 |
| 4.1 Natureza da pesquisa | 27 |
| 4.2 Dados e suas fontes | 29 |
| 4.3 Caracterização geográfica da pesquisa | 30 |
| 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES | 34 |
| 5.1 Produção agrícola e PIB | 34 |
| 5.2 Agricultura, renda e trabalho | 39 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| REFERÊNCIAS | 45 |

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico é um processo complexo que vai além da mera acumulação de capital, envolvendo também a incorporação de progresso técnico tanto ao capital quanto ao trabalho. Essa integração tecnológica é essencial para promover um aumento contínuo da produtividade, o que, por sua vez, resulta na elevação da renda per capita, dos salários e dos padrões de bem-estar da sociedade. Essa transformação possibilita, de forma simultânea, a acumulação de capital e o crescimento sustentado da produtividade ao longo do tempo (Pereira, 2008).

As diferenças conceituais entre crescimento e desenvolvimento econômico ficaram mais claras durante as décadas de 1970 e 1980, já que diversos países apresentaram aumento do Produto Interno Bruto (PIB), porém as condições de vida da população não se alteraram de forma significativa. A partir de então, foram considerados aspectos relacionados a saúde, a educação, a renda, o emprego, entre outros.

Entre os principais vetores do desenvolvimento econômico destacam-se a acumulação de capital, o progresso técnico e o aumento da produtividade. Esses fatores são diretamente influenciados por políticas públicas, instituições econômicas, ambiente de negócios, educação e inovação tecnológica (Fiani, 2011).

O setor agrícola desempenha papel fundamental na economia, ao assegurar o abastecimento interno de alimentos e oferecer uma base relativamente estável para o crescimento. No Brasil o setor gera emprego e renda no meio rural, também impulsiona outros segmentos, como a indústria e os serviços, promovendo a integração entre o campo e a cidade (Nicholls, 1972).

Conceitualmente, de acordo com Bittencourt (1992), a agricultura é o conjunto de atividades produtivas voltadas ao cultivo da terra para a produção de alimentos, matérias-primas, entre outros bens. Ao longo da história econômica, esse setor desempenhou papel estratégico no processo de industrialização e modernização produtiva. Inicialmente, esteve vinculado a produção de alimentos para subsistência, mas assumiu funções estratégicas nas fases iniciais do desenvolvimento econômico, sendo responsável pela geração de trabalho e renda, com implicações sobre os demais setores.

Conforme Paiva (1979) é comum que o processo de desenvolvimento nacional tenha iniciado no campo. Com a modernização e a adoção de novas tecnologias, a

agricultura passa a contribuir decisivamente para o crescimento econômico, a geração de renda, a estabilidade social e o equilíbrio regional, consolidando-se como base estrutural do desenvolvimento do país.

Segundo Bittencourt (1992), os avanços tecnológicos na agricultura, como a mecanização e o uso de insumos industriais, impulsionaram a produtividade e viabilizaram a transferência de mão de obra para setores urbanos e industriais. Em consequência, com o desenvolvimento econômico e a expansão da população nos centros urbanos, o papel da agricultura torna-se cada vez mais relevante, uma vez que a demanda por alimentos tende a aumentar.

A agricultura desempenha papel central ao gerar excedentes financeiros, divisas por meio das exportações, estimular mercados e promover desenvolvimento regional, assim, permanece como elemento de extrema importância na dinâmica do desenvolvimento econômico, sendo fundamental para a geração de renda, segurança alimentar, modernização produtiva (Llorente, 2009).

No que se refere a economia brasileira a agricultura desempenhou papel fundamental desde o período colonial. Inicialmente impulsionada pela produção de açúcar, beneficiada pela experiência produtiva portuguesa, a atividade agrícola moldou as bases do desenvolvimento econômico do país (Furtado, 2005).

Com o declínio da economia açucareira, o café assumiu protagonismo entre os séculos XIX e XX, tornando-se o principal produto de exportação e responsável pela geração de riqueza, embora tenha enfrentado sucessivas crises, como a superprodução, e ainda a reestruturação da oferta de mão de obra a partir da abolição da escravatura (Mendonça; Pires, 2002).

Entre as décadas de 1970 e 1980 a produção de café entra em crise em decorrência de problemas climáticos, abrindo oportunidades para outras culturas. O país vai se consolidando como um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos, com destaque para a soja, o milho, além do desenvolvimento das produções de carne bovina e o frango, reforçando sua posição estratégica no cenário global (Aragão; Contini, 2021; Ferreira, 2024).

Esse desempenho é resultado da modernização do setor, dos avanços tecnológicos e do aumento da produtividade, elementos que contribuem não apenas para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas também para a geração de empregos e o desenvolvimento regional (Abbade, 2014; Mendonça, 2015; Matei; Silva, 2016).

Na Região Sul do Brasil, a combinação entre condições climáticas favoráveis, tradição agrícola, presença massiva de cooperativas agrícolas, que fomentam investimentos em tecnologia e infraestrutura produtiva tem permitido à Região Sul ocupar posição de destaque na produção nacional de alimentos, contribuindo significativamente para o abastecimento do mercado interno e para a balança comercial brasileira (Agência Estadual de Notícias, 2024).

O Paraná possui um peso significativo na produção agrícola brasileira em termos de volume e geração de valor. Com uma agricultura mecanizada o estado lidera a produção de grãos na região Sul e figura entre os principais produtores do país. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024) o estado foi responsável por aproximadamente 22,2 milhões de toneladas de soja e 14,8 milhões de toneladas de milho.

Além disso, destaca-se na produção de trigo, feijão, cevada e na pecuária, especialmente suinocultura e avicultura, o que reforça sua participação estratégica nas cadeias agroindustriais. O desempenho agrícola paranaense é impulsionado por fatores como solos férteis, clima favorável, forte presença de cooperativas e infraestrutura logística (Conab, 2023; MAPA, 2023).

Diante deste contexto, surge o seguinte problema de pesquisa: como a produção agrícola contribuiu para a economia paranaense entre as duas primeiras décadas dos anos 2000, permitindo avançar no processo de desenvolvimento econômico? A hipótese admitida é de que a evolução da produção agrícola, também refletiu no aumento do número de empregos e aumento da renda, contribuindo para o desenvolvimento econômico. Para responder ao problema de pesquisa, o objetivo geral reside em investigar a evolução produção agrícola frente ao processo de desenvolvimento econômico paranaense, durante os anos de 2001, 2011 e 2021. Em termos específicos, buscou-se: a) analisar a evolução da produção das principais culturas agrícolas no Paraná; b) examinar seus reflexos no PIB, na geração de emprego e na renda na agricultura.

A agricultura tem historicamente desempenhado um papel central na economia do Paraná, com destaque para os grãos, como soja e milho. As transformações no mercado global de alimentos impulsionadas pela crescente demanda internacional, têm impactado diretamente as regiões produtoras, alterando dinâmicas econômicas locais. A expansão de áreas cultivadas, a adoção de tecnologias no campo e a

valorização de produtos agropecuários tornaram-se fatores importantes para a economia paranaense (Souza, 2000).

Sendo assim, é necessário investigar se o crescimento da produção agrícola, tem contribuído para o desenvolvimento econômico paranaense de forma sustentável e diversificada. Tal análise envolve compreender a relação entre o aumento da produção e os benefícios econômicos gerados, pois o estado possui protagonismo nacional frente a produção agrícola. A investigação deve considerar alguns indicadores como a participação da produção agrícola no PIB, a geração de emprego e renda. Tal análise é relevante para subsidiar políticas públicas, estratégias de desenvolvimento regional e tomadas de decisão no setor privado.

O estudo está dividido em quatro capítulos além desta introdução. O segundo apresenta as principais ideias sobre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, com enfoque nas discussões levantadas por autores como Adam Smith, David Ricardo, entre outros. Além do mais, apresenta um panorama que reforça a importância da agricultura para a econômica nacional e do estado do Paraná. Na sequência são abordados os principais aspectos metodológicos que permitem alcançar os objetivos propostos no estudo. O quarto capítulo versa sobre os resultados encontrados e por fim são realizadas algumas considerações finais.

2 TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Diversas teorias sobre o desenvolvimento econômico procuraram compreender os mecanismos e os fatores que contribuem para a prosperidade das nações. Dentre as principais discussões, estão as abordagens dos economistas clássicos como Adam Smith e David Ricardo, as ideias de Joseph Schumpeter, John Mainardes Keynes e a perspectiva estruturalista.

2.1 Adam Smith e os caminhos para o desenvolvimento

Um dos primeiros pensadores da doutrina econômica moderna foi Adam Smith, que criticou as ideias mercantilistas pautadas no aumento da riqueza por meio de superávits comerciais. Estas políticas focavam excessivamente na acumulação de ouro, prata e na manutenção de balança comercial favorável, ignorando os benefícios do comércio livre e da especialização produtiva (Thweatt, 1971).

O progresso econômico estava associado à divisão do trabalho, ao aumento da produtividade, a liberdade de mercado e ao aproveitamento adequado dos recursos produtivos. Os interesses individuais em mercados competitivos impulsionariam o crescimento da riqueza, permitindo o surgimento de novos bens e serviços que satisfazem as necessidades dos individuais (Smith, 1996).

A partir dessa perspectiva, Adam Smith investiga a utilização dos recursos e suas interações, abordando temas como a acumulação de capital, o crescimento populacional e a produtividade do trabalho. Embora considere o trabalho como a principal medida de valor, ele também reconhece o capital e a terra como fatores de produção (Heilbroner, 1996).

O mercado de trabalho se constitui um ponto fundamental na teoria de Smith, pois a remuneração do trabalho faz com que as taxas de natalidades sejam elevadas, refletindo no crescimento populacional e na elevação da força de trabalho (Adelma 1972). A produtividade do trabalho, por sua vez é o que explica as disparidades econômicas entre as nações (Hugon, 1995).

O crescimento econômico está associado ao acúmulo de bens de capital, a disponibilidade de recursos financeiros, a articulação entre o capital e a divisão do trabalho e os investimentos em tecnologia, em conjunto estes fatores se constituem

os pilares que permitem aumentar a eficiência econômica, ocasionando maior produção (Silva, 2016).

O comércio internacional também pode contribuir com o crescimento das nações. Para tanto, os países devem se especializar na produção de bens no qual são mais eficientes. As trocas de produtos entre si, podem beneficiar os países, ao focar nas vantagens absolutas, há ganhos de produtividade e promoção do desenvolvimento econômico global (Smith, 1996).

A especialização e a troca beneficiam as nações envolvidas, pois cada país ao se especializar na produção dos bens nos quais tem uma vantagem absoluta, maximiza a produção total e o consumo global, porque os recursos de cada país são utilizados de maneira mais eficaz, aumentando a quantidade de bens disponíveis e melhorando os padrões de vida (Arienti; Vascelos; Arienti, 2017).

David Ricardo fez contribuições significativas para a teoria econômica no início do século XIX, com a abordagem das vantagens comparativas, procurou demonstrar a importância do comércio internacional para o desenvolvimento e os possíveis obstáculos ao crescimento, como a escassez de recursos naturais e o aumento dos custos agrícolas (Gontijo, 2007).

A produtividade das terras de uma nação é desigual devido à sua fertilidade natural, realçando as diferentes produtividades que se refletem na renda econômica (Reis; Santin 2007). O crescimento populacional impulsiona o cultivo de terras menos férteis, resultando em um aumento nos custos de produção agrícola e nos preços dos produtos. Esse aumento, especialmente no preço dos alimentos, exerce pressão sobre os salários (Hugon, 1995).

Quando os salários sobem, a taxa de lucro dos capitalistas tende a diminuir, já que os custos de produção mais altos não podem ser totalmente repassados aos consumidores. Os principais beneficiários são os proprietários de terras férteis, que continuam a produzir com menores custos e obtêm uma renda diferencial. Assim, enquanto os lucros dos capitalistas caem, a renda dos proprietários de terras mais produtivas cresce, exacerbando a desigualdade de riqueza (Ricardo, 1996).

Em relação ao comércio internacional a ideia das vantagens comparativas é que os países deveriam comercializar entre si, produtos para os quais fossem mais eficientes. Se um país possui uma vantagem na produção de um bem, ou seja, o custo de oportunidade é menor, deve se especializar na produção e exportá-la (Michels; Oliveira; Wollenhaupt, 2013).

Por outro lado, esse país deve deixar de produzir e importar aqueles bens cujo custo de produção é relativamente maior. Essa especialização beneficia o comércio, aumentando a eficiência econômica global e permitindo que cada país se concentre na produção de bens para qual possui vantagem comparativa. Assim, mesmo que um país seja mais eficiente na produção de ambos os bens (vantagem absoluta), o comércio será mutuamente benéfico quando cada país se especializa de acordo com suas vantagens comparativas (Michels; Oliveira; Wollenhaupt, 2013).

2.2 Crescimento e o papel das inovações em Schumpeter

Para Schumpeter uma economia que não opera buscando desenvolvimento é caracterizada por um sistema circular de equilíbrio, com lucros normais e processos de produção rotineiros. Nesse contexto, não há inovações tecnológicas e o empresário não desempenha nenhum papel relevante, eliminando a necessidade de líderes empresariais (Paiva *et al.*, 2018).

A inovação é a força motriz do capitalismo, responsável por criar e destruir estruturas econômicas existentes, surgimento de novas mercadorias, desenvolve novas tecnologias, amplia a oferta e cria novas formas de organização. Sendo assim, a concorrência no capitalismo ocorre principalmente através da introdução de inovações, e não apenas por meio de fatores tradicionais como preço e qualidade (Moraes, 2021).

Quando uma empresa introduz um novo produto ou melhora um existente, amplia as opções para os consumidores, aumenta a competitividade e diversifica o mercado. Além disso, a inovação pode ocasionar aumento de lucros, pois produtos e serviços diferenciados podem ser vendidos a preços mais altos, uma vez que os consumidores estão dispostos a pagar por bens que atendem melhor suas necessidades (Paiva *et al.*, 2018).

Um ponto importante no contexto da inovação é a destruição criadora, que é importante para o crescimento das empresas no mercado doméstico e estrangeiro. O capitalismo evolui constantemente alicerçado em uma “mutação industrial”, no qual são extintas algumas estruturas econômicas, e criadas novas. Este processo é essencial para entender o capitalismo, pois as empresas devem se adaptar a ele para sobreviver (Kon, 1999).

Neste aspecto, as inovações impulsionam o capitalismo de várias formas, com novos bens de consumo, métodos de produção ou mercados. De forma resumida, a destruição criativa é o mecanismo pelo qual o capitalismo se renova e se fortalece, provocando a obsolescência de práticas e produtos antigos e, assim, promovendo o desenvolvimento econômico e social (Moraes, 2021).

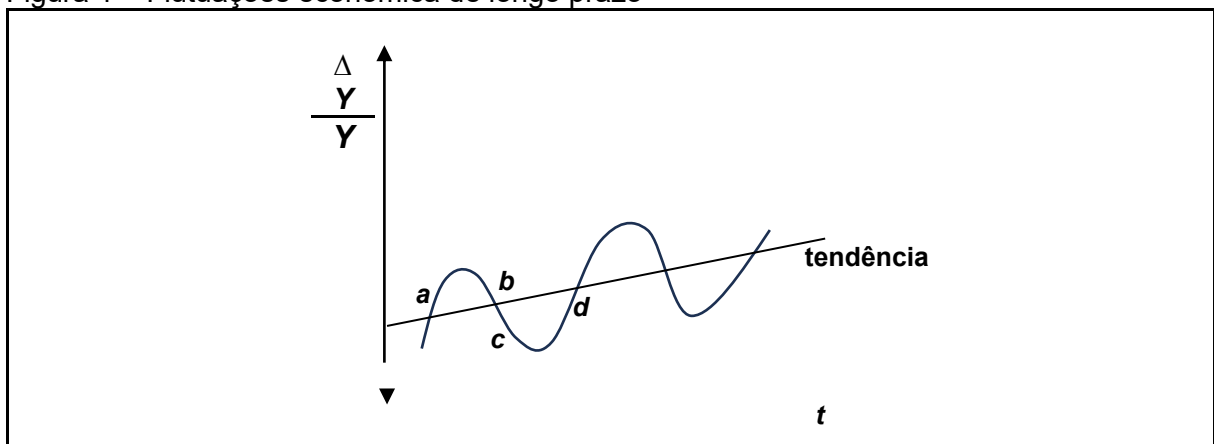
O empresário é um agente fundamental nesse processo, pois é o responsável por revolucionar o padrão de produção através de invenções e das novas formas de organização. A capacidade de inovar é uma habilidade rara, presente apenas em uma pequena fração da população, e essa função empresarial é o que impulsiona o progresso tecnológico e o desenvolvimento econômico (Schumpeter, 1997).

Schumpeter atribui ao empresário inovador um papel central na dinâmica capitalista. Para ele, empreender significa a “criação de novas combinações”, e a figura do empreendedor está conectada à ideia de implementar essas novas combinações, mesmo em um mundo incerto (Paiva *et al.*, 2018).

Para que o empresário possa investir é necessário que haja crédito, pois com baixa quantidade de recursos financeiros, a produção é financiada pelos lucros obtidos. Assim, a figura do banqueiro é de suma importância, pois reúne o capital de investidores e depositantes para emprestar aos empresários (Souza, 2011).

A economia se movimenta por meio de ciclos que são impulsionados por ondas de inovação como a introdução de novos produtos, processos ou mercados. À medida que essas inovações se disseminam e os mercados se saturam, o crescimento desacelera, resultando em recessões ou depressões (Schumpeter, 1997). A Figura 1 mostra como os ciclos econômicos se comportam.

Figura 1 – Flutuações econômica de longo prazo



Fonte: Souza (2011, p. 134)

Durante esses períodos, as ineficiências são eliminadas, os recursos são redistribuídos e o terreno é preparado para uma nova onda de inovação. Dessa forma, as flutuações econômicas não são vistas como aberrações a serem evitadas, mas como partes essenciais do processo de desenvolvimento econômico (Schumpeter, 1997).

Resumidamente, Schumpeter compreende a dinâmica do capitalismo por meio das inovações, que contribuem para a substituição de estruturas econômicas e industriais existentes. Nesse contexto, as transformações são impulsionadas pelos empreendedores, que rompem com antigos modelos e criam novas oportunidades de crescimento, redefinindo o cenário econômico e promovendo a renovação das estruturas produtivas.

As inovações geram crescimento e transformam os setores produtivos. A produção agrícola é considerada um setor importante, pois a modernização ocorre por meio da adoção de novas tecnologias e métodos, aumenta a produtividade e impulsiona outros setores da economia, criando um efeito multiplicador que alimenta o ciclo de crescimento. Assim, tanto a indústria quanto a agricultura se interligam em um processo dinâmico de evolução econômica.

2.3 Keynes e o Estado na promoção do desenvolvimento econômico

John Maynard Keynes foi um economista britânico cuja obra transformou a teoria econômica no século XX. Antes de 1930 poucas ações eram atribuídas ao Estado e as intervenções passavam quase despercebidas (Heilbroner, 1996). Com a Grande Depressão, a obra de Keynes obteve destaque, uma vez que sua discordância residia no fato de que as ideias liberais não preveniram e mitigaram os efeitos devastadores da crise, o que resultou em aumento do desemprego e a instabilidade social (Fonseca, 2010).

As teorias liberais pressupunham a racionalidade perfeita dos agentes econômicos e a autorregulação dos mercados, para Keynes essas suposições não se sustentam diante da realidade histórica, marcada por incertezas, crises e comportamentos irracionais. Em resposta a esse contexto histórico, ele defende que as intervenções do Estado são essenciais para corrigir as falhas de mercado e promover a estabilidade econômica (Heilbroner, 1996).

Ao romper com a confiança exclusiva no livre mercado, Keynes enfatiza o papel do Estado no desenvolvimento econômico. Para ele, o mercado era incapaz de assegurar, por si só, estabilidade e crescimento contínuos, sendo necessário que o Estado atuasse especialmente em momentos de recessão, por meio de políticas voltadas ao estímulo da demanda agregada, com o objetivo de garantir o pleno emprego e a retomada do crescimento (Fonseca, 2010).

A intervenção do Estado na economia se justifica por várias razões: a) estabilidade econômica, especialmente em tempos de crise, os gastos públicos poderiam evitar a recessão, aumentar a demanda efetiva e o emprego; b) reduzir as desigualdades sociais, por meio de políticas de distribuição de renda; c) minimizar as incertezas dos empresários, o que contribui para os investimentos e o crescimento econômico; d) corrigir as falhas de mercado e garantir que as perturbações não levassem as crises econômicas (Silva; Bezerra, 2019).

De forma resumida Keynes acreditava que o desenvolvimento econômico dependia diretamente da capacidade do Estado de intervir para corrigir falhas de mercado e manter a estabilidade econômica. Em momentos de crise era fundamental restaurar a confiança e impulsionar o crescimento, como o que ocorre na Grande Depressão de 1929. Ao aumentar os gastos públicos e investir em setores estratégicos, poderia reverter o cenário de desemprego e recessão.

Outro ponto central nas ideias de Keynes é sua ênfase no pleno emprego como uma meta essencial do desenvolvimento econômico. Ele argumentava que o mercado, por si só, não era capaz de assegurar trabalho para todos, principalmente em períodos de retração. Além disso, as políticas públicas de redistribuição de renda e bem-estar social fazem parte de um capitalismo dirigido, no qual o Estado teria um papel ativo em promover igualdade e estabilidade econômica.

2.4 Estruturalismo latino-americano e os caminhos para o desenvolvimento

O estruturalismo latino-americano, formulado e difundido principalmente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir do final da década de 1940, constitui uma das correntes mais influentes no pensamento econômico da região. Essa abordagem propõe que o desenvolvimento deve ser entendido a partir das estruturas econômicas, sociais, políticas e culturais específicas

de cada país latino-americano, considerando o contexto histórico e geopolítico que molda essas estruturas.

Segundo essa perspectiva, a economia mundial é marcada pela relação entre centro e periferia, sendo que os primeiros são formados pelos países industrializados, que concentram a inovação tecnológica, a produção de bens manufaturados de alto valor agregado e o controle sobre os fluxos de capital. Já a periferia, composta na maioria dos países latino-americanos, é caracterizada por uma estrutura produtiva voltada à exportação de produtos primários, dependente de tecnologia externa e vulnerável às oscilações do comércio internacional (Silva, 2013).

Para Prebisch (2000) o crescimento econômico da periferia deve ser analisado considerando as condições históricas e as mudanças no cenário global, a partir de uma análise dinâmica, considerando os diferentes momentos e realidades da região. Nesse sentido, o método estruturalista combina a abordagem histórica com o exame das condições materiais e institucionais de produção, possibilitando uma compreensão mais completa dos desafios latino-americanos.

A industrialização deve ocorrer de forma planejada e estratégica como caminho para superar os desequilíbrios estruturais, pois os investimentos industriais espontâneos ou dependente de capitais externos não eram suficientes para gerar desenvolvimento sustentável e inclusivo. É necessário criar uma base industrial diversificada, capaz de absorver e gerar tecnologia, promover emprego qualificado e reduzir a vulnerabilidade frente às crises internacionais.

No campo teórico, Celso Furtado amplia o debate ao destacar que o subdesenvolvimento não é apenas um atraso em relação aos países industrializados, mas um resultado histórico da integração subordinada das economias periféricas ao capitalismo internacional. A dependência de exportações primárias limita a capacidade de acumulação interna e restringe o espaço para políticas econômicas autônomas. Assim, a industrialização deve ser articulada com reformas estruturais, como a reforma agrária, para que os ganhos de produtividade e renda sejam distribuídos de forma mais equitativa, evitando a concentração de riqueza e poder (Furtado, 2000).

Para Tavares (1972) o processo de industrialização na América Latina foi marcado por estrangulamentos externos recorrentes, nos quais o crescimento acelerado gerava déficits no balanço de pagamentos devido à dependência de insumos e bens de capital importados. Esses gargalos eram agravados pela

deterioração dos termos de troca, fazendo com que a ampliação da produção agrícola para exportação não fosse suficiente para sustentar o desenvolvimento industrial de longo prazo. A solução seria a diversificação da estrutura produtiva, pelo fortalecimento do mercado interno e pela redução da vulnerabilidade externa.

A heterogeneidade estrutural nas economias periféricas é marcante. Coexiste setores de alta produtividade, geralmente voltados à exportação e controlados por capitais externos, com vastos segmentos de baixa produtividade, especialmente na agricultura tradicional e no trabalho informal urbano. Essa disparidade impede que o crescimento econômico seja homogêneo e inclusivo, perpetuando desigualdades sociais e regionais. Na agricultura, prevalece uma geração menor de empregos e renda proporcionalmente à indústria, reforçando a necessidade de políticas que promovam integração produtiva e social (Pinto, 1973).

A agricultura é essencial para a segurança alimentar, a geração de divisas e a ocupação territorial. Por outro lado, para os estruturalistas ela é incapaz de impulsionar o desenvolvimento. A produção primária proporciona ganhos de produtividade mais lentos do que a indústria, o que limita sua contribuição para a elevação sustentada da renda nacional. Essa desigualdade produtiva, associada à deterioração dos termos de troca, faz com que os países da periferia precisem exportar volumes cada vez maiores de produtos agrícolas, para importar a mesma quantidade de bens industriais (Marcato, 2014).

Outro desafio apontado pelo estruturalismo é a dependência tecnológica. O setor agrícola, mesmo quando modernizado, frequentemente utiliza máquinas, insumos e tecnologias desenvolvidos no exterior, o que mantém a transferência de valor para os países centrais. Isso limita a capacidade de acumulação interna e reforça a subordinação econômica. Além disso, a baixa diversificação produtiva e a concentração de exportações em poucas commodities expõem as economias periféricas à instabilidade dos preços internacionais, aumentando o risco de crises cambiais e fiscais.

Resumidamente, para os estruturalistas, a industrialização é uma condição necessária para a mudança estrutural. É o meio de internalizar o progresso técnico, gerar empregos de maior produtividade e elevar o padrão de vida da população. A agricultura, embora importante, não pode sozinha romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento. Somente por meio de um projeto nacional de desenvolvimento, que integre a modernização agrícola à expansão industrial e à diversificação

econômica, será possível alcançar um crescimento sustentado, equitativo e menos dependente das dinâmicas impostas pelo centro.

Com base nas discussões apresentadas anteriormente, nota-se que o desenvolvimento econômico abrange importantes aspectos como o crescimento do produto nacional, a melhoria nas condições de vida da população e as transformações estruturais, como a transição das economias agrícolas para as industriais, a consolidação das instituições e as políticas públicas. Já o desenvolvimento sustentável requer ainda, a inclusão social, a igualdade e o respeito ao meio ambiente.

Desta forma, o desenvolvimento econômico apresenta diferentes enfoques teóricos. Para o Smith e Ricardo, está associado à eficiência dos mercados. Para Keynes, depende da ação estatal em momentos críticos e para os estruturalistas, requer mudanças profundas nas estruturas produtivas e na inserção dos países no comércio internacional. Independentemente da visão, há um consenso crescente de que o desenvolvimento não se resume ao crescimento econômico, mas envolve a inclusão social, a distribuição equitativa de renda e a sustentabilidade ambiental.

Além disso, uma visão contemporânea do desenvolvimento econômico reconhece a importância de estratégias locais e globais, que consideram as novas demandas, nas áreas ambientais e tecnológicas, que são fundamentais para o crescimento de longo prazo. O papel do Estado permanece crucial, seja para garantir o equilíbrio entre mercado e sociedade, seja para promover políticas redistributivas que integrem os mais diversos setores produtivos da economia, da agricultura à tecnologia.

2.5 Percepções gerais sobre desenvolvimento econômico

O desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo multifacetado que envolve não apenas o crescimento econômico, mas também melhorias nas condições de vida, infraestrutura e capacidade produtiva. Esse processo abrange transformações estruturais, como a transição de economias agrícolas para industriais, e envolve o papel central das instituições e políticas públicas. Hoje, há uma compreensão crescente de que o desenvolvimento sustentável requer a promoção de inclusão social, redução das desigualdades e respeito ao meio ambiente, aspectos que vão além da simples elevação do Produto Interno Bruto (PIB).

Portanto, o desenvolvimento econômico é percebido de maneiras diferentes conforme o enfoque teórico adotado. Para os liberais clássicos, está associado à eficiência dos mercados; para Keynes, depende da ação estatal em momentos críticos; e para os estruturalistas, requer mudanças profundas nas estruturas produtivas e na inserção dos países no comércio internacional. Independentemente da visão, há um consenso crescente de que o desenvolvimento não se resume ao crescimento econômico, mas envolve a inclusão social, a distribuição equitativa de renda e a sustentabilidade ambiental como pilares essenciais.

Convém mencionar a obra de Amartya Sen importante autor que concebe o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais das pessoas, entendidas como a capacidade de escolher e agir de acordo com aquilo que valorizam. Dessa forma, o crescimento econômico não é tomado como fim em si mesmo, mas como um instrumento para ampliar capacidades humanas essenciais, como saúde, educação, autonomia e participação social (Sen, 2000).

O autor também destaca que diversas formas de privações limitam o potencial humano e, conseqüentemente, o próprio processo de desenvolvimento. Assim, “as privações de liberdade podem estar associadas à pobreza econômica, mas também a carências sociais sistemáticas”. Isso significa que desigualdades estruturais, exclusão social e falta de acesso a direitos impedem que indivíduos utilizem plenamente suas capacidades. Portanto, políticas de desenvolvimento devem buscar remover tais limitações, promovendo condições para que as pessoas possam participar ativamente da vida econômica e social (Sen, 2000).

Nessa perspectiva, a liberdade é simultaneamente meio e fim do desenvolvimento. A obra de Sen ressalta que as liberdades substantivas são complementares, e a expansão de uma delas ajuda no avanço das outras, indicando que melhorias em renda, saúde, educação e participação social se fortalecem mutuamente (Sen, 2000).

Ao incluir a obra de Amartya Sen no referencial da análise do desenvolvimento econômico do Paraná, corrobora para percepção que o crescimento do agronegócio e das commodities agrícolas somente se configura como desenvolvimento efetivo quando contribui para ampliar capacidades humanas e melhorar a qualidade de vida, no caso da análise desta pesquisa voltou-se para a renda e número de empregos.

Além disso, uma visão contemporânea do desenvolvimento econômico reconhece a importância de estratégias adaptadas às condições locais e globais. A

capacidade de adaptação a novas demandas, como as ambientais e tecnológicas, é fundamental para o crescimento de longo prazo. O papel do Estado permanece crucial, seja para garantir o equilíbrio entre mercado e sociedade, seja para promover políticas redistributivas que integrem os mais diversos setores produtivos da economia, da agricultura à tecnologia.

Considerando que o desenvolvimento pode ser compreendido a partir de diferentes abordagens teóricas e metodológicas, este estudo adotou a renda média e o número de empregos como indicadores centrais para analisar o desenvolvimento econômico das regiões em questão. A utilização dessas variáveis se mostra adequada ao objetivo da pesquisa, uma vez que ambas são amplamente reconhecidas na literatura clássica e são relevantes nas obras de outros autores, como Amartya Sen (2000) e Celso Furtado (2000).

Essa escolha teórica também se justifica pela presença consolidada desses indicadores em métricas institucionais voltadas ao monitoramento do desenvolvimento, como é o caso do Índice Iparde de Desenvolvimento Municipal (IPDM), que integra variáveis socioeconômicas semelhantes em sua composição (IPARDES, 2025). Assim, a adoção da renda e do emprego como parâmetros analíticos permite manter coerência com os referenciais tradicionais da área, ao mesmo tempo em que oferece uma leitura consistente sobre as transformações econômicas nas regiões estudadas.

3 AGRICULTURA E A FORMAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA E PARANAENSE

A agricultura contribuiu para a formação e desenvolvimento da economia brasileira desde os tempos coloniais. A introdução da cana-de-açúcar pelos portugueses no século XVI estabeleceu uma tradição de exportações agrícolas. A produção do café no século XIX tornou-se o principal produto de exportação e motor de crescimento econômico. Ao longo do tempo, a economia brasileira diversificou suas culturas agrícolas, destacando-se na produção de soja e milho (Furtado, 2005).

No Paraná, a agricultura foi fundamental para o desenvolvimento econômico regional. Inicialmente, as atividades eram voltadas a produção de subsistência e o extrativismo de produtos naturais, como a erva-mate e a madeira. A introdução do cultivo do café no final do século XIX marcou o início de uma fase de prosperidade, impulsionando o crescimento econômico e a modernização da infraestrutura no estado. Com o tempo, apesar dos desafios, o Paraná diversificou suas atividades agrícolas, destacando-se na produção de soja e milho (Vieira Filho; Vieira, 2019).

Neste contexto, o capítulo examina a evolução e contribuição da agricultura no Brasil. Além disso, busca compreender papel da agricultura no crescimento e na consolidação da economia estadual.

3.1 Agricultura e a economia brasileira

A agricultura desempenhou papel crucial na formação econômica do Brasil. Um conjunto de fatores possibilitou o sucesso da primeira grande iniciativa colonial agrícola europeia. Os colonizadores, portugueses haviam iniciado no século XV, a produção em grande escala do açúcar, especiaria de grande valor para o mercado europeu. Essa experiência foi importante para resolver os problemas relacionados à produção açucareira, fomentou o desenvolvimento da indústria de equipamentos para engenhos açucareiros em Portugal e posteriormente no Brasil (Furtado, 2005).

A primeira cultura agrícola realizada no Brasil foi o açúcar, fomentada no país graças à experiência produtiva que Portugal possuía. Principal cultura entre os séculos XVI e XVII, a proliferação de refinarias em solo inglês e a imposição de tarifas sobre a importação de açúcar refinado resultaram na queda dos preços para os comerciantes brasileiros. Outro golpe na já frágil economia açucareira brasileira

ocorreu no final do século XIX, com a mecanização do processo de fabricação de açúcar em diversas colônias espanholas (Rodrigues; Ross, 2020).

Os engenhos nordestinos de açúcar se transformaram em usinas e, junto com a produção de cacau, contribuíram para a produção nacional. No entanto, a cultura de maior relevância a partir do século XIX foi o café. A produção cafeeira brasileira baseava-se na acumulação de capital dos tempos coloniais, oriundo de atividades como o tráfico de escravos, o capital urbano e o comércio de mulas. A economia mineradora também desempenhou um papel crucial, com muitos escravos e uma incipiente rede interna de comunicações (Mendonça; Pires, 2002).

A economia cafeeira se assentava sobre o regime de trabalho escravo, e mesmo nas duas décadas seguintes, ao final da escravidão, nas lavouras de café, o mecanismo de financiamento da produção, fazendo com que o fazendeiro dependesse do comerciante de café, que vendia o produto e contribuía para o lucro do produtor. Ao mesmo tempo, precisava deste último para obter os recursos financeiros necessários à produção (Perosa, 1980).

À medida que a produção brasileira crescia, a demanda internacional também aumentava, permitindo que o Brasil se tornasse o maior exportador de café em 1830. Essa expansão da produção contribuiu para o agravamento do escravismo, pois dependia da incorporação de novas terras e da disponibilidade de mão de obra sujeita à super exploração (Mendonça; Pires, 2002).

O crescimento da demanda internacional impulsionado pela expansão industrial na Europa, tornou o café acessível até para consumidores de baixa renda, e consolidou o produto como o principal item de exportação da América do Sul, todavia o mercado cafeeiro enfrentou diversas crises durante os 100 anos de seu apogeu. A primeira ocorreu em 1850 através da proibição do tráfico negreiro. Logo, os impactos na oferta de mão de obra seguiram até o fim da escravatura (1888), o que obrigou o setor a se adaptar às mudanças (Mendonça; Pires, 2002).

A crise da mão de obra não foi o único empecilho que marcou o mercado cafeeiro. Entre 1895 e 1899, o preço médio da saca exportada caiu de 4,09 para 1,48 libras, respectivamente. Os entraves relacionados à produção cafeeira, em um primeiro momento, foram absorvidos pela política cambial, que favorecia a exportação. Entretanto a pressão sobre os consumidores urbanos em 1897 tornou impraticável novas depreciações no câmbio, resultando na adoção de uma política para recuperar a taxa de câmbio (Furtado, 2005).

Para Furtado (2005) esse período, quando o mecanismo cambial não podia mais ser utilizado para defender a rentabilidade do setor cafeeiro, o problema da superprodução tornou-se evidente. Os estoques de café aumentavam ano após ano, pressionando os preços e causando perda permanente de renda para os produtores e para o país. Porém, essas dificuldades foram superadas pelos produtores através de uma política de preços fixos, fomentada pelos produtores de café de São Paulo e de Minas Gerais

Durante a crise mundial de 1929 a economia cafeeira brasileira enfrentava uma situação crítica. A produção estava em níveis elevados e continuava crescendo, em decorrência da expansão das plantações até aquele momento. A produção máxima seria alcançada em 1933, no auge da depressão. Além disso, era impossível obter crédito no exterior para financiar a retenção de novos estoques, pois o mercado internacional de capitais estava em profunda depressão e o crédito do governo havia desaparecido com a evaporação das reservas (Furtado, 2005).

Com o declínio da cafeicultura, a política econômica se voltou para o excedente do café, via câmbio, transferindo-o para os novos setores dinâmicos, principalmente a indústria. Isso foi possível graças ao aumento do gasto público e ao financiamento e destruição de estoques invendáveis de café, mantendo uma carga tributária relativamente baixa. A entrada de câmbio, garantiu a compra de máquinas e matérias-primas industriais a preços reduzidos, enquanto a demanda crescente de crédito pela indústria encontrou canais prioritários de atendimento (Cano, 2015).

Com o Governo Vargas, a partir de 1930 a política cafeeira passou a perder espaço para o processo de industrialização do país. Através de uma política nacional de desenvolvimento. A política anticíclica aplicada na economia cafeeira manteve a demanda interna alta, estimulando a indústria a produzir e substituir importações, impulsionando a industrialização e integrando o mercado nacional (Cano, 2015).

Atualmente embora a produção de café não seja tão expressiva na produção nacional quanto outras culturas, como soja e milho, ainda se destaca no cenário internacional sendo responsável por cerca de 30% da produção mundial, além disso o país é o principal produtor e exportador do grão no mundo (Ferreira, 2024).

Desde a colonização, a economia brasileira foi influenciada pela exportação de produtos primários, como a cana-de-açúcar e o café. Atualmente, commodities como soja, milho, além da carne bovina e frango ajudam a consolidar a posição do Brasil no mercado internacional, tornando-o um dos maiores produtores e exportadores de

alimentos do mundo. Vale ressaltar que esse setor não só contribui significativamente para o Produto Interno Bruto (PIB) do país, mas também gera empregos e fomenta o desenvolvimento regional (Mendonça, 2015).

A agricultura brasileira tem alcançado altos níveis de produtividade, destacando o Brasil em âmbito mundial na produção e exportação de alimentos. Nas últimas três décadas passou de importador de alimentos a um dos principais produtores do mundo, sendo o primeiro país a alcançar níveis de produtividade e exportação comparáveis aos tradicionais produtores como Estados Unidos, Canadá, Austrália, entre outros (Abbade, 2014).

No ano de 2020, o Brasil se tornou o quarto maior produtor de grãos do mundo, reflexo do avanço tecnológico e da expansão das fronteiras agrícolas. Pontualmente, o país ocupa a terceira posição mundial na produção de milho, sendo um dos principais exportadores globais e primeiro na produção de soja, o que reforça sua importância estratégica no abastecimento global e no agronegócio internacional.

O crescimento desse setor tem um impacto significativo no desenvolvimento econômico do país. A expansão da produtividade agrícola contribui para o crescimento econômico e favorece o desenvolvimento econômico. Dessa forma, as observações Abbade (2014) e Matei e Silva (2016) evidenciam que a agricultura não só impulsiona o crescimento econômico, mas também promove um ambiente de colaboração e troca de experiências que beneficia toda a cadeia produtiva.

3.2 A economia paranaense e os ciclos econômicos

O extrativismo da erva-mate foi uma das primeiras atividades econômicas de relevância no Paraná, especialmente na região de Curitiba e do litoral, gerando riquezas no mercado interno e no decorrer de 1720 nas exportações. Em paralelo ainda no século 19 a extração da madeira inicia seus primeiros passos voltado principalmente nas necessidades locais, vale lembrar que essa atividade inicia em paralelo a atividade principal da época, a extração de erva mate (Souza, 2000).

Entre as duas guerras mundiais, a economia paranaense se consolidou baseando-se nas duas antigas atividades extrativas: a erva-mate e a madeira, enquanto a economia ervateira atingiu seu auge em meados da segunda década do século XX e estagnou devido à uma retração do “mercado da Prata”, a economia madeireira se fortaleceu com os ganhos já obtidos, iniciando uma nova fase de

expansão e passando a ser a principal atividade interna e exportadora até a década de 1940 (Souza, 2000).

Com o crescimento da população paranaense através da chegada e distribuição de novas colônias, outras atividades econômicas começam a surgir, mas ainda voltadas para a agricultura de subsistência. Foi no ciclo do café, que a agricultura paranaense passou por diversas transformações (Swain, 1992). De acordo com Ozana (2021) a atividade cafeeira paranaense se expandiu rapidamente a partir da segunda metade do século XIX, alcançou a região nordeste do estado e se espalhou pelo Norte, até as margens do rio Paraná.

Até o final da Segunda Guerra Mundial, o Paraná ainda não se destacava como um grande produtor de café. Como forma de estímulo, foi realizada a construção de um ramal ferroviário ligando Jaguariaíva a Jacarezinho, o que marcou a primeira tentativa de impulsionar a exportação da produção pelo porto de Paranaguá, anteriormente feita através do porto de Santos, embora não tenha sido bem-sucedida (Swain, 1992).

Outras medidas, como a criação de empresas particulares que passaram a competir com as paulistas nas regiões produtoras e a redução das taxas de exportação no porto de Paranaguá, também foram adotadas pelo governo estadual. No entanto, essas ações tiveram pouco impacto, e o estado de São Paulo continuou a se apropriar dos excedentes gerados. Apesar disso, a expansão da cafeicultura no Paraná cresceu significativamente em menos de uma década (Ozana, 2021).

Nesse contexto, Izepão e Gardenal (2015) afirmam que a economia cafeeira do Paraná, era pouco expressiva até a década de 1930, quando começou a aumentar sua participação, intensificando-se na década de 1940, alcançando 5,8% da produção brasileira. Na década de 1950, essa participação cresceu significativamente, chegando a 25% da produção total, com um breve declínio em 1955. Na década de 1960, o estado atingiu seu auge, representando 55% da produção brasileira de café em 1965.

O declínio da atividade cafeeira no Paraná pode ser atribuído a diversos fatores como, o aspecto climático que desempenhou um papel significativo, pois a região norte do Paraná enfrentou severas geadas em 1953 e 1955, que destruíram parte significativa das safras. Nos anos seguintes entre 1969 e 1975 novas geadas agravaram a situação. Além disso a política econômica adotada pelo Brasil nos anos 1950, havia deixado o foco da produção cafeeira e direcionada na industrialização que

priorizava a substituição de importações e a produção de bens duráveis e de capital. Essa abordagem também influenciou o Paraná (Serra, 2011).

Nos anos 1960, a saturação do mercado internacional de café provocou uma queda nos preços. As estratégias adotadas, como medidas cambiais e a compra e estocagem de café, provaram ser ineficazes para sustentar os preços. Diante disso, tornou-se progressivamente mais difícil e incerto promover a produtividade cafeeira no Paraná. Além dos desafios econômicos, a situação foi agravada por uma combinação de fatores climáticos adversos e mudanças nas políticas agrícolas, que contribuíram para a deterioração do setor. A falta de soluções eficazes resultou no declínio contínuo da atividade cafeeira na região (Izepão; Gardenal, 2015).

A partir da década de 70, a produção de soja começou a se destacar no Paraná, impulsionada por incentivos governamentais que promoveram a diversificação agrícola. Com a modernização da agropecuária, que incluiu a introdução de novas tecnologias, equipamentos e insumos, a economia do estado passou a apresentar um dinamismo significativo, substituindo práticas agrícolas rudimentares. Essa transformação consolidou o Paraná como um importante produtor agrícola, com a soja assumindo um papel central nesse processo de desenvolvimento (Campos *et al.*, 2008).

Na década de 90, a implementação do Plano Real e a maior abertura da economia nacional marcaram um novo ciclo de investimentos no Paraná, especialmente no setor industrial. O estado se destacou na atração de montadoras automobilísticas e no fortalecimento de seu parque industrial, tornando-se o quarto mais importante do Brasil. Ao mesmo tempo, o setor agropecuário continuou a crescer, com as exportações de soja, madeira e carnes consolidando a presença do Paraná no comércio internacional (Campos *et al.*, 2008).

Entre 1990 e 2004, as exportações paranaenses aumentaram 403%, o que teve um impacto direto no PIB estadual, que cresceu 25,8% nesse período, evidenciando a importância da diversificação produtiva e da inserção global da economia paranaense. Atualmente, a produção de café ocupa a sétima posição em relação a outras culturas no estado, que inclui soja, milho e trigo. No entanto, outras culturas, como o feijão, têm apresentado um crescimento significativo, com o Paraná se destacando como líder produtivo, além de se posicionar entre os maiores produtores de commodities como milho e soja no país (Agência Estadual de Notícias, 2024).

4 METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os principais aspectos metodológicos que possibilitam a realização da pesquisa. Inicialmente, é discutida a natureza da pesquisa realçando as abordagens que caracterizam o estudo realizado. O item seguinte versa sobre os dados utilizados e as fontes consultadas e por fim justifica a escolha pelo estado do Paraná como base para a realização do estudo.

4.1 Natureza da pesquisa

A presente pesquisa busca analisar a contribuição da produção agrícola especialmente soja, milho e trigo para o desenvolvimento econômico do estado do Paraná, com ênfase nos seus impactos sobre emprego e renda. Para tanto, adotou-se uma abordagem metodológica que possibilita a compreensão das dinâmicas regionais relacionadas ao agronegócio, considerando tanto a dimensão produtiva quanto os efeitos socioeconômicos associados.

A adoção da renda média e do número de empregos como indicadores deste estudo busca captar o desenvolvimento econômico seguindo como referência a bibliografia e a sua utilização institucional. Esses indicadores também são utilizados no IPDM o que corrobora com a utilização nesta pesquisa IPARDES (2025).

A metodologia está estruturada de forma a descrever os procedimentos adotados na seleção das variáveis, na definição do recorte temporal e espacial da análise, na coleta e no tratamento dos dados, bem como nos critérios de apresentação dos resultados. A escolha das técnicas e fontes de informação visa garantir a coerência entre os objetivos propostos e os instrumentos analíticos utilizados, assegurando a confiabilidade e a relevância dos dados trabalhados ao longo do estudo.

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza exploratória e descritiva. A abordagem exploratória tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o fenômeno estudado, tornando-o mais claro e favorecendo a formulação de hipóteses, no caso deste estudo, investigando os vínculos entre a expansão agropecuária e alguns indicadores econômicos e sociais (Selltiz *et al.*, 1965).

Segundo Gil (2002) a pesquisa exploratória busca principalmente o aprimoramento de ideias e a descoberta de novas interpretações, com um planejamento flexível capaz de abranger diversas dimensões do objeto analisado. Estes aspectos contribuem para o desenvolvimento, a reformulação e o refinamento de conceitos, além de auxiliar na delimitação de problemas ou hipóteses para estudos futuros. Por isso, caracteriza-se por uma estrutura metodológica menos rígida, voltada à obtenção de uma compreensão inicial e ampla do objeto de estudo.

De acordo com Mattar (2001) reforça esse caráter versátil da pesquisa exploratória ao destacar a diversidade dos métodos empregados, os quais incluem desde levantamentos em fontes secundárias e entrevistas informais até estudos de caso e observações não estruturadas. Já Zikmund (2000) sublinha sua utilidade nas fases iniciais da pesquisa, ao diagnosticar situações, explorar alternativas e identificar novas possibilidades analíticas. Mesmo diante de um objeto parcialmente conhecido, essa abordagem se mostra eficaz, pois permite ao pesquisador captar diferentes explicações e perspectivas interpretativas sobre um mesmo fenômeno.

Nesse sentido, a metodologia adotada envolve a realização de levantamento bibliográfico e a análise de dados secundários, obtidos por meio de fontes oficiais. A flexibilidade metodológica permite integrar diferentes variáveis como produção agrícola, emprego e rendimento médio de forma a construir uma visão abrangente e articulada sobre o papel das commodities agrícolas no desenvolvimento regional.

Além de exploratória, a presente pesquisa também assume caráter descritivo, uma vez que se propõe a analisar, com base em dados estatísticos e indicadores objetivos, as principais características da produção agrícola no estado do Paraná e seus efeitos sobre variáveis socioeconômicas, como o nível de emprego e a renda média da população.

A pesquisa descritiva tem por finalidade delimitar e caracterizar fenômenos, estabelecendo relações entre variáveis relevantes ao desenvolvimento regional. No contexto deste estudo, busca-se descrever a evolução da produção de soja, milho e trigo ao longo dos anos, bem como sua correlação com indicadores econômicos, além de analisar a participação do setor agropecuário na geração de empregos formais e na elevação da renda populacional, especialmente em regiões mais diretamente ligadas ao agronegócio (Gil, 2002).

A pesquisa descritiva tem como propósito central a caracterização sistemática de uma população, fenômeno ou relação entre variáveis. Para Gil (2002), seu foco

está na descrição minuciosa de aspectos de uma determinada realidade empírica, buscando compreender suas estruturas e comportamentos por meio de técnicas padronizadas de coleta de dados. Trata-se de uma abordagem bastante recorrente em estudos sociais e organizacionais, dado seu potencial em mapear elementos observáveis de forma objetiva.

Segundo Selltiz *et al.* (1965) esse tipo de pesquisa se dedica a retratar, com precisão, o que ocorre em uma dada situação, grupo ou fenômeno, permitindo uma visão detalhada das características e possíveis inter-relações presentes. Vergara (2000) acrescenta que a pesquisa descritiva não visa explicar os fenômenos observados, mas sim expô-los, servindo como base para análises explicativas posteriores. Como exemplo, destaca as pesquisas de opinião pública.

Nesse mesmo sentido, Aaker, Kumar e Day (2004) observam que a pesquisa descritiva geralmente se apoia em levantamentos estruturados, formulando hipóteses exploratórias, sem, no entanto, estabelecer relações de causalidade. Para a construção adequada dessas hipóteses e questões de pesquisa, Mattar (2001) enfatiza a importância de o pesquisador ter pleno domínio do objeto de estudo, definindo claramente o que será medido, quando, onde, como e por quê.

O recorte temporal adotado foram os anos de 2001, 2011 e 2021, a fim de possibilitar uma análise de longo prazo e a identificação de tendências e variações ao longo das duas décadas que passam entre os anos escolhidos. A escolha desse intervalo justifica-se pela disponibilidade e regularidade dos dados estatísticos nos principais órgãos oficiais, como o IBGE, MAPA, CONAB e CAGED, que asseguram consistência metodológica ao longo do período.

Além disso, o intervalo analisado permite captar tendências estruturais e conjunturais da produção agrícola paranaense, bem como variações de mercado sobre o agronegócio regional, outro fator que corroborou para a determinação do período da pesquisa e a consolidação e revisão dos dados disponíveis para os anos escolhidos.

4.2 Dados e suas fontes

A pesquisa faz uso de dados secundários, com base em fontes oficiais e sistematizadas, como: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Companhia

Nacional de Abastecimento (CONAB) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).

Os dados são organizados e tratados de forma a evidenciar possíveis associações entre o desempenho agrícola e os níveis de desenvolvimento econômico. Para garantir a comparabilidade temporal das variáveis monetárias, todos os valores foram deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo IBGE. Utilizou-se o acumulado do índice de dezembro de 2021 como base, aplicando-se o fator de correção correspondente ao IPCA acumulado entre o ano de origem e o ano de referência. Assim, os valores foram convertidos para preços constantes de 2021, eliminando o efeito da inflação, os dados serão apresentados conforme sua natureza:

- Participação do Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA) das mesorregiões no Produto Interno Bruto do estado do Paraná;
- Participação da produção milho, soja e trigo no valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA) das mesorregiões paranaenses;
- Número de trabalhadores na agricultura nas mesorregiões do estado do Paraná;
- Renda média dos trabalhadores no setor da agricultura.

A apresentação dos resultados será realizada por meio de tabelas, com o objetivo de facilitar a visualização e compreensão das informações estatísticas relativas à produção agrícola e às variáveis econômicas analisadas. As tabelas permitem evidenciar a evolução temporal da produção de grãos no estado do Paraná, este recurso visa oferecer clareza, objetividade e apoio visual à análise, reforçando a interpretação dos dados e ampliando a compreensão sobre a dinâmica do agronegócio no contexto paranaense.

4.3 Caracterização geográfica da pesquisa

O recorte espacial da presente pesquisa é o Estado do Paraná, localizado na região sul do Brasil, o Estado configura como a quinta unidade federativa mais populosa do país, em relação a distribuição populacional apresenta predominância urbana, com cerca de 89% da população vivendo em áreas urbanas e apenas 11% em zonas rurais. Ainda assim, o espaço rural mantém importância estratégica, não

apenas como base produtiva do agronegócio, mas também como área de preservação ambiental, produção de alimentos e geração de excedentes exportáveis (IBGE, 2024).

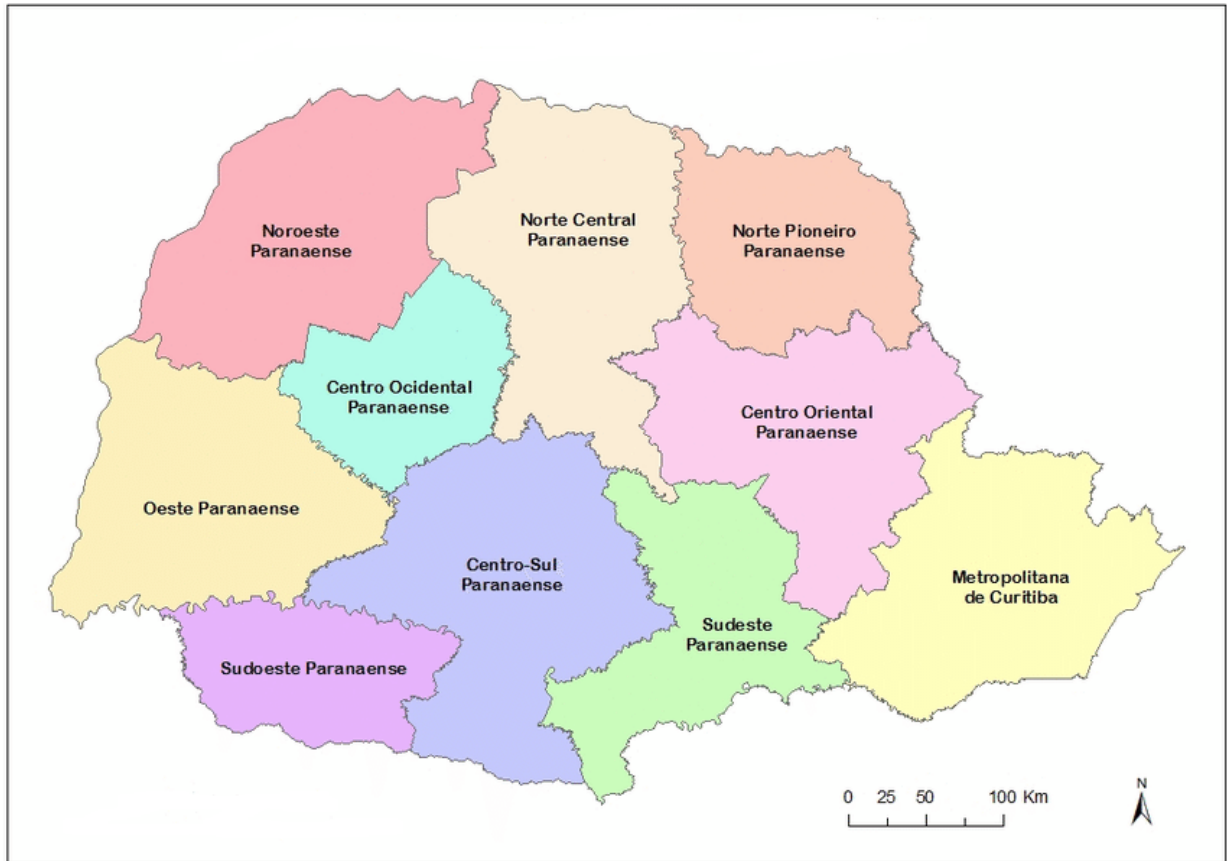
Do ponto de vista econômico, o Estado representa aproximadamente 6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o que faz com que o Paraná ocupe a quarta posição como a maior economia do país. Os três grandes setores são, os serviços, a indústria e a agropecuária, que representam 50%, 20% e 10% do PIB estadual respectivamente (Agência Estadual de Notícias, 2024).

Embora a agropecuária represente a menor fatia em termos de valor adicionado, o setor destaca-se por seu alto desempenho exportador, sendo responsável durante as últimas duas décadas pôr em média mais de 70% das exportações totais do estado, com produtos como soja, carne de frango, milho e farelo de soja liderando a pauta (Agência Estadual de Notícias, 2024). Essa relevância está diretamente relacionada à força do agronegócio, que constitui um dos pilares centrais da estrutura produtiva estadual, tanto pelo volume de produção quanto pelo elevado grau de organização das cadeias agroindustriais.

No que se refere à produção de grãos, o estado do Paraná detém uma expressiva participação no cenário nacional. Considerando a média das duas últimas décadas, o estado foi responsável por cerca de 20% da produção de grãos do Brasil, mesmo ocupando apenas aproximadamente 2,3% do território nacional (MAPA, 2023). As principais culturas cultivadas incluem soja, milho, trigo, feijão, cevada e triticales, o que consolida o Paraná como um dos mais importantes polos agrícolas do país, tanto em volume produtivo quanto em diversidade de culturas.

Optou-se por uma análise segregada a partir das mesorregiões paranaenses, uma vez que a produção agropecuária do estado apresenta forte concentração territorial. Diversas mesorregiões se destacam na produção das principais commodities agrícolas.

Figura 2 - Divisão do estado do Paraná em Mesorregiões Geográficas



Fonte: IBGE (2016).

Na Mesorregião Oeste, municípios como Cascavel, Toledo e Palotina concentram parte expressiva da produção de soja e milho, impulsionados pela presença de cooperativas e indústrias de processamento de grãos. Nos Campos Gerais, que integram a mesorregião Centro-Sul, cidades como Tibagi e Guarapuava se destacam pela elevada produtividade de grãos e trigo, resultado do uso intensivo de tecnologia e práticas agrícolas modernas.

Na Mesorregião Sudoeste, municípios como Francisco Beltrão e Dois Vizinhos combinam a produção de grãos com o desenvolvimento de cadeias de proteína animal, especialmente suinocultura e avicultura, integradas ao sistema cooperativo. Por fim, no Norte Pioneiro, cidades como Jacarezinho e Colorado têm destaque na produção de cana-de-açúcar, além de apresentarem crescente diversificação agrícola (MAPA, 2023).

Toda via a escolha do estado do Paraná como recorte espacial da pesquisa justifica-se não apenas pela sua expressiva participação na produção agropecuária nacional, mas também pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como

essa pujança produtiva se traduz em desenvolvimento econômico regional. Embora o estado apresente índices elevados de produtividade agrícola, ainda se observa uma lacuna quanto à análise crítica dos impactos socioeconômicos gerados por essa dinâmica, especialmente em relação, geração de empregos e renda no campo. Assim, a presente pesquisa busca contribuir para a reflexão sobre os limites e possibilidades do agronegócio enquanto vetor de desenvolvimento regional no contexto paranaense.

Desta forma, a metodologia adotada neste estudo visa proporcionar uma análise clara, objetiva e fundamentada da contribuição da produção de grãos para o desenvolvimento econômico do estado do Paraná, em específico uma análise do impacto na renda e no emprego no meio rural. A definição do recorte temporal, a seleção das fontes de dados secundários e a forma de apresentação dos resultados foram estruturadas de modo a assegurar coerência com os objetivos propostos. A seguir, serão apresentados e discutidos os principais dados obtidos, com foco nas dinâmicas produtivas do agronegócio paranaense e seus impactos na economia estadual.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente capítulo está dividido em três partes com o objetivo de analisar os dados econômicos referentes à produção agrícola das mesorregiões paranaenses, o Valor da Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) e à participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) estadual. A análise abrange os anos de 2001, 2011 e 2021, de modo a verificar as transformações e as dinâmicas regionais que caracterizam a agricultura paranaense ao longo das duas décadas do século XXI.

Na segunda parte serão apresentados dados sociais das mesorregiões do Paraná, com ênfase na geração de empregos e nos salários médios da agricultura. Busca-se, com isso, relacionar o desempenho econômico do setor às condições de trabalho e de renda da população rural, identificando possíveis relações entre crescimento produtivo e com o aspecto de desenvolvimento econômico adotado neste trabalho, a renda e o emprego.

Por fim, a partir dos indicadores selecionados, pretende-se compreender de que forma a expansão produtiva e o desempenho econômico da agricultura têm contribuído para o processo de desenvolvimento regional. Assim, é possível avaliar se o avanço da produção agrícola paranaense tem se refletido em melhorias nas condições de vida e de trabalho no meio rural. Essa abordagem permite uma visão mais ampla do papel desse setor no desenvolvimento regional, indo além da ótica econômica e contemplando aspectos sociais e estruturais que compõem o processo de desenvolvimento.

5.1 Produção agrícola e PIB

O comportamento do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) nas mesorregiões paranaenses nas duas primeiras décadas de 2000, pode ser verificada por meio da Tabela 1. Entre 2001 e 2011, a expansão VBPA foi de aproximadamente 82,00%, já o PIB aumentou 88,22%. No intervalo entre 2011 e 2021, o avanço da produção agropecuária foi um pouco mais acentuado, se situando em 96,92% e o PIB cresceu 18,94%. Em termos percentuais, o VBP da agricultura apresentou comportamento distinto no período estudado, pois o setor representava 9,11% do PIB estadual em 2001, passou para 8,82% em 2011 e chegou a 14,60% em 2021, impulsionado principalmente pela expansão das lavouras de soja e milho.

Em termos mais pontuais, se destacam as mesorregiões Norte Central e o Oeste Paranaense, que consolidaram suas posições como importantes polos no setor agrícola. Conforme observado as mesorregiões Oeste e Norte Central concentram a maior parte do VPB da agropecuária em termos absolutos, ao mesmo tempo que houve evolução em termo participativo sobre o PIB do estado. Por outro lado, a região Metropolitana de Curitiba apresentou o menor VBPA, e conseqüentemente a menor participação no PIB paranaense em todos os anos (Tabela 1). Este resultado pode estar associado ao fato de que a capital tem como principal atividade o setor de serviço e os municípios em seu entorno apresentam vocações econômicas na indústria, concentrando empresas dos setores automobilístico, petróleo, máquinas agrícolas, entre outras.

Tabela 1 - Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBPA) nas mesorregiões paranaenses nos anos de 2001, 2011 e 2021 (Milhões de R\$)

| Mesorregião | 2001 | 2011 | 2021 |
|---------------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|
| Noroeste | 1.354 (0,55%) | 3.614 (0,78%) | 5.435 (0,99%) |
| Centro Ocidental | 2.484 (1,01%) | 3.921 (0,85%) | 9.188 (1,67%) |
| Norte Central | 3.959 (1,61%) | 6.719 (1,45%) | 12.505 (2,27%) |
| Norte Pioneiro | 1.980 (0,81%) | 3.785 (0,82%) | 7.635 (1,39%) |
| Centro Oriental | 2.161 (0,88%) | 4.003 (0,87%) | 6.073 (1,10%) |
| Oeste | 4.075 (1,66%) | 7.181 (1,55%) | 13.468 (2,45%) |
| Sudoeste | 1.681 (0,68%) | 3.177 (0,69%) | 6.585 (1,20%) |
| Centro-Sul | 2.091 (0,85%) | 3.484 (0,75%) | 9.298 (1,69%) |
| Sudeste | 1.598 (0,65%) | 3.208 (0,69%) | 6.422 (1,17%) |
| Curitiba* | 1.019 (0,42%) | 1.686 (0,36%) | 3.679 (0,67%) |
| VBPA Agricultura (Total) | 22.402 | 40.773 | 80.292 |
| PIB Paraná | 245.653 | 462.381 | 549.973 |

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados do IBGE (2025a).

Nota: Valores entre parênteses representam a participação do VBP no PIB do Paraná.

*Região Metropolitana de Curitiba.

De modo geral, observa-se um crescimento da participação do VBP agrícola no PIB das mesorregiões, reflexo da valorização das commodities, da intensificação tecnológica no campo e dos auxílios governamentais como o Plano Safra. Por consequência, esse aumento do VBP ao longo do período analisado, indica que o

setor primário aumentou sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) das mesorregiões paranaenses, o que evidencia transformações importantes na estrutura produtiva paranaense ao longo das duas primeiras décadas do século XXI (Tabela 1).

A análise espacial do VBP evidencia que as mesorregiões Oeste, Norte Central e Centro Oriental concentraram a maior parcela do valor agregado estadual. Por outro lado, áreas como o Norte Pioneiro e o Centro-Sul apresentaram crescimento mais moderado, indicando uma concentração produtiva no território. É importante destacar que o VBP apresentou um aumento significativamente superior ao da produção, o que pode estar fortemente relacionado à valorização das commodities agrícolas analisadas. Dessa forma, o comportamento do VBP reforça a relevância das commodities agrícolas para a economia paranaense.

A participação da produção de Milho, Soja e Trigo no VAB das mesorregiões pode ser verificada com base na Tabela 2. Em algumas regiões essas culturas consolidaram-se como os principais vetores da produção do setor agrícola contribuindo para o crescimento econômico local. No que se refere ao ano de 2001, a mesorregião Oeste se destacou na produção das três culturas analisadas, a soja respondeu por 18,76% do PIB da local, seguido do milho com 14,11% e trigo que chegou a 6,21% e juntas representaram 39,08% do total. No mesmo ano, a produção de milho e soja se destacaram também nas regiões Norte Central e Metropolitana de Curitiba.

No que se refere ao ano de 2011, a produção destas três culturas apresentou importante participação no PIB no Norte Central, Centro Oriental e Sudoeste. Isto reforça uma alteração na estrutura produtiva no período de uma década, realçando as mudanças ocorridas no meio agrícola. Em 2021, os resultados evidenciam o crescimento da participação da soja em diversas mesorregiões, reforçando a ampliação desta cultura em diversos pontos no estado do Paraná.

Tabela 2 - Participação da produção de milho, soja e trigo no PIB das mesorregiões paranaenses, 2001, 2011 e 2021

| Mesorregião | 2001 | | | 2011 | | | 2021 | | |
|------------------|--------------|--------------|-------------|-------------|--------------|-------------|--------------|--------------|-------------|
| | Milho | Soja | Trigo | Milho | Soja | Trigo | Milho | Soja | Trigo |
| Noroeste | 0,28 | 0,36 | 0,03 | 1,63 | 3,49 | 0,03 | 2,80 | 7,01 | 0,02 |
| Centro Ocidental | 4,22 | 12,77 | 2,43 | 8,15 | 22,87 | 1,50 | 14,94 | 37,52 | 2,21 |
| Norte Central | 2,03 | 3,31 | 0,81 | 1,67 | 4,10 | 0,45 | 2,37 | 8,19 | 0,78 |
| Norte Pioneiro | 1,98 | 3,98 | 1,75 | 4,20 | 12,46 | 1,30 | 8,21 | 23,79 | 3,07 |
| Centro Oriental | 14,11 | 18,76 | 6,21 | 2,67 | 7,09 | 1,33 | 1,69 | 9,19 | 1,44 |
| Oeste | 2,59 | 5,39 | 0,82 | 3,87 | 8,48 | 0,42 | 5,10 | 11,71 | 0,83 |
| Sudoeste | 4,76 | 3,90 | 0,60 | 4,14 | 9,62 | 1,50 | 3,34 | 18,19 | 2,77 |
| Centro-sul | 2,93 | 2,81 | 0,33 | 5,06 | 11,57 | 1,15 | 5,09 | 25,05 | 2,54 |
| Sudeste | 11,62 | 6,66 | 0,54 | 4,27 | 8,65 | 0,69 | 5,28 | 19,70 | 1,04 |
| Curitiba | 1,37 | 0,29 | 0,01 | 0,24 | 0,13 | 0,01 | 0,29 | 0,76 | 0,05 |

Fonte: elaborado pelo autor com base dados do IBGE (2025b).

Nota: *Região Metropolitana de Curitiba.

Entre os destaques regionais, o Centro Ocidental e o Centro-sul Paranaenses apresentaram forte expansão, com a soja alcançando, em 2021, participações superiores a 35% e 25%, respectivamente, evidenciando o papel dessas áreas como polos dinâmicos da produção de grãos. A regiões Centro-Sul também mostrou uma trajetória de crescimento contínuo.

Por outro lado, a Região Metropolitana de Curitiba e o Noroeste Paranaense mantêm baixa participação relativa. No conjunto, os dados confirmam a expansão do agronegócio como componente central do PIB regional, com destaque para a soja, que apresentou as maiores taxas de crescimento em praticamente todas as mesorregiões, reforçando sua relevância como principal commodity agrícola do estado.

Esse resultado evidencia o crescimento expressivo da produção agrícola e a ampliação da dimensão econômica do setor, observada por meio da participação do Valor Bruto da Produção Agrícola (VBPA), apresentados anteriormente na Tabela 1. Além disso, a Tabela 2 ilustra a evolução da participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) das mesorregiões paranaenses, reforçando a relevância do setor na economia estadual.

A seguir temos a Tabela 3 que busca demonstrar a evolução da produção em toneladas, durante os anos analisados.

Tabela 3 - Produção de milho, soja e trigo nas mesorregiões paranaense nos anos de 2001, 2011 e 2021 (milhares de toneladas)

| Mesorregião | 2001 | | | 2011 | | | 2021 | | |
|------------------|-------|------|-------|-------|------|-------|-------|------|-------|
| | Milho | Soja | Trigo | Milho | Soja | Trigo | Milho | Soja | Trigo |
| Noroeste | 102 | 75 | 10 | 135 | 167 | 3,5 | 198 | 278 | 2,4 |
| Centro Ocidental | 237 | 441 | 150 | 301 | 606 | 113 | 413 | 657 | 105 |
| Norte Central | 455 | 526 | 185 | 448 | 753 | 219 | 570 | 941 | 212 |
| Norte Pioneiro | 222 | 236 | 121 | 227 | 405 | 133 | 290 | 523 | 155 |
| Centro Oriental | 201 | 230 | 92 | 129 | 462 | 141 | 92 | 503 | 144 |
| Oeste | 478 | 733 | 251 | 642 | 983 | 146 | 760 | 987 | 175 |
| Sudoeste | 363 | 222 | 71 | 142 | 407 | 147 | 157 | 461 | 163 |
| Centro-Sul | 348 | 233 | 61 | 145 | 463 | 81 | 120 | 626 | 131 |
| Sudeste | 246 | 96 | 15 | 109 | 235 | 33 | 93 | 362 | 39 |
| Curitiba* | 162 | 21 | 1,8 | 125 | 69 | 7,5 | 53 | 176 | 20 |

Fonte: elaborado pelo autor com base dados do IBGE (2025a).

Nota: *Região Metropolitana de Curitiba.

A Tabela 3 evidencia um avanço expressivo na produção de soja e milho em praticamente todas as mesorregiões paranaenses ao longo dos 20 anos analisados, enquanto. Observa-se que as mesorregiões Norte Central, Oeste, Centro-Ocidental e Sudoeste se consolidam como as principais produtoras de soja e milho, concentrando os maiores volumes em todos os períodos analisados. Por exemplo, no Norte Central, a produção de soja evolui de 526 mil toneladas em 2001 para 912 mil toneladas em 2021, enquanto o milho passa de 455 mil para 570 mil toneladas, indicando expansão consistente.

Outro ponto relevante é o ritmo de crescimento mais acentuado da soja em comparação ao milho e ao trigo. Regiões como o Oeste e o Centro-Ocidental registram saltos significativos na produção de soja entre 2001 e 2021, refletindo a expansão tecnológica, o fortalecimento do agronegócio e a ampliação das áreas destinadas a essa cultura. Já o trigo apresenta comportamento mais heterogêneo: enquanto algumas regiões, como o Norte Central e o Centro Oriental, ampliam modestamente a produção, outras, como o Sudeste e Curitiba, mantêm volumes baixos e praticamente estáveis ao longo do período.

De forma geral, a tabela demonstra que o Paraná consolidou sua posição como um dos principais produtores nacionais de grãos, com forte predominância da soja e do milho. O crescimento expressivo desses cultivos nas mesorregiões mais dinâmicas evidencia não apenas o avanço tecnológico e produtivo do setor, mas também a sua importância crescente para a economia regional, ao passo que o trigo mantém participação menor e com evolução mais lenta.

5.2 Agricultura, renda e trabalho

Após a análise da produção e da relação econômica relacionada à atividade agrícola, esta etapa dedica-se à discussão dos aspectos sociais vinculados à agricultura paranaense, com foco na renda e no trabalho. Busca-se compreender de que forma a expansão produtiva e o crescimento econômico observados nas últimas décadas refletem-se na geração de renda e nas oportunidades de emprego no meio rural.

Desta forma, a análise voltada ao mercado de trabalho na agricultura permite avaliar se o crescimento econômico do setor tem se traduzido em avanços efetivos para a população. A Tabela 4 evidencia uma tendência geral de estabilidade na geração total de empregos agrícolas no Paraná ao longo das duas primeiras décadas do século XXI. Entre 2001 e 2021, o número total de postos de trabalho no setor passou de 83.146 para 103.513, um aumento de aproximadamente 25%. Embora represente um avanço positivo, essa alteração é relativamente modesta quando comparado à forte expansão da produção observada no mesmo período, indicando ganhos de produtividade e maior mecanização das lavouras.

Tabela 4 – Quantidade de Empregos na agricultura nas mesorregiões paranaenses nos anos de 2001, 2011 e 2021.

| Mesorregião | 2001 | 2011 | 2021 |
|------------------|---------------|----------------|----------------|
| Noroeste | 10.757 | 12.064 | 12.361 |
| Centro Ocidental | 5.781 | 7.033 | 5.388 |
| Norte Central | 17.966 | 19.893 | 14.873 |
| Norte Pioneiro | 14.589 | 11.295 | 9.633 |
| Centro Oriental | 8.812 | 12.486 | 13.829 |
| Oeste | 7.455 | 11.787 | 15.590 |
| Sudoeste | 3.204 | 5.088 | 6.190 |
| Centro-Sul | 5.008 | 8.757 | 12.433 |
| Sudeste | 2.293 | 4.211 | 4.036 |
| Curitiba* | 5.280 | 9.013 | 7.159 |
| Total | 83.146 | 103.638 | 103.513 |

Fonte: elaborado pelo autor com base dos dados do MTE (2025).

Nota: *Região Metropolitana de Curitiba.

Em termos regionais, destaca-se o Oeste Paranaense, que mais do que dobrou seu número de empregos, passando de 7.455 para 15.590. As regiões Centro-Sul e Centro Oriental também apresentaram expansão significativa no número de ocupações, sugerindo que a ampliação das áreas agrícolas contribuiu para a criação de novas oportunidades de trabalho. Em contrapartida, mesorregiões como o Norte Pioneiro e o Centro Ocidental registraram queda no número de empregos.

Outro indicador que ajuda a entender o setor agrícola paranaense é a evolução da renda média nos anos analisados. Isto permite compreender se o expressivo aumento da produção e do VBPA resultou em melhorias na remuneração do trabalho. Essa análise é fundamental para avaliar até que ponto o crescimento da agricultura paranaense se traduziu em desenvolvimento social no meio rural, uma vez que, o aumento da renda se constitui um dos pilares para os avanços da qualidade de vida dos trabalhadores. Na Tabela 5 é mostrada a renda média na agricultura durante os anos de 2001, 2011 e 2021.

Tabela 5 - Renda média da agricultura nas mesorregiões paranaenses nos anos de 2001, 2011 e 2021.

| Mesorregião | 2001 | 2011 | 2021 |
|------------------|----------------|---------------|---------------|
| Noroeste | R\$ 69.688,91 | R\$ 37.795,32 | R\$ 22.607,30 |
| Centro Ocidental | R\$ 39.731,88 | R\$ 22.721,27 | R\$ 9.849,21 |
| Norte Central | R\$ 149.580,43 | R\$ 73.244,85 | R\$ 26.909,25 |
| Norte Pioneiro | R\$ 86.803,07 | R\$ 34.658,88 | R\$ 16.034,61 |
| Centro Oriental | R\$ 70.517,67 | R\$ 44.677,52 | R\$ 30.403,90 |
| Oeste | R\$ 53.469,63 | R\$ 40.678,65 | R\$ 29.339,32 |
| Sudoeste | R\$ 21.548,15 | R\$ 15.990,29 | R\$ 10.782,15 |
| Centro-Sul | R\$ 34.602,74 | R\$ 30.887,20 | R\$ 24.757,05 |
| Sudeste | R\$ 14.065,68 | R\$ 12.692,78 | R\$ 7.405,55 |
| Curitiba* | R\$ 42.069,38 | R\$ 30.240,45 | R\$ 13.481,74 |

Fonte: elaborado pelo autor com base dos dados do MTE (2025).

Nota: *Região Metropolitana de Curitiba.

A Tabela 5 mostra a renda média da agricultura nas mesorregiões paranaenses entre 2001, 2011 e 2021 revela um movimento de queda generalizada ao longo das duas décadas. Embora algumas regiões apresentem valores absolutos maiores do que outras, o padrão predominante é de retração da renda, indicando que o aumento da produção agrícola no estado não se traduziu automaticamente em elevação proporcional da renda média dos trabalhadores rurais.

Além disso, observa-se forte heterogeneidade regional: mesorregiões que historicamente apresentavam rendas mais elevadas como Norte Central e Norte Pioneiro também registraram quedas expressivas, enquanto outras, já com níveis mais baixos, continuaram apresentando retração. Isso evidencia que o comportamento da renda não foi homogêneo e que fatores estruturais, como mecanização, redução da mão de obra, mudanças no perfil produtivo e assimetrias regionais, influenciaram diretamente o rendimento médio do trabalho agrícola no Paraná.

Assim, a produção quantitativa e monetária do setor agrícola paranaense cresceu ao longo do período analisado, porém o crescimento da renda do trabalhador rural não se expandiu na mesma magnitude e além do mais ocorreu de forma desigual entre as mesorregiões. Essa diferença evidencia que o aumento da produtividade

favoreceu mais intensamente determinadas áreas, reforçando a falta de à valorização do trabalho agrícola, de modo a tornar o desenvolvimento regional mais equilibrado e socialmente justo

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou analisar evolução produção agrícola frente ao processo de desenvolvimento econômico paranaense, durante os anos de 2001, 2011 e 2021. Para isso foram obtidos dados de bases secundárias que demonstram a evolução dos indicadores analisados em três anos 2001, 2011 e 2021. Os resultados foram apresentados em tabelas com o intuito de facilitar a visualização das informações e compreender melhor a dinâmica do setor.

Os principais resultados obtidos ao longo da pesquisa evidenciam a contribuição das commodities agrícolas como soja, milho e trigo na dinâmica regional. A partir da análise da evolução da produção, do Valor Bruto da Produção Agricultura (VBPA), do emprego e da renda agrícola, foi possível observar o fortalecimento do setor primário em diversas mesorregiões, ainda que de forma desigual. Assim, a conclusão apresenta uma reflexão sobre como o crescimento do agronegócio paranaense tem influenciado o desenvolvimento econômico e social do estado.

Conforme observado no capítulo de resultados, verificou-se um expressivo aumento da produção agrícola ao longo dos anos analisados, com regiões que mais do que dobraram seus volumes produtivos em determinadas culturas. É o caso, por exemplo, da produção de soja nas mesorregiões Noroeste e Sudeste do estado, que apresentaram forte expansão. O mesmo ocorreu com o milho, cuja produção praticamente duplicou na região Oeste, refletindo ganhos de produtividade e ampliação das áreas cultivadas.

No entanto, no caso do trigo, o comportamento produtivo foi pouco homogêneo entre as mesorregiões. Enquanto algumas áreas registraram expressivo avanço, outras apresentaram redução na produção, como ocorreu no Noroeste do Paraná, evidenciando uma dinâmica desigual de crescimento entre as diferentes culturas agrícolas do estado.

Dessa forma, conclui-se que, embora o crescimento da produção agrícola tenha ocorrido de maneira desigual entre as culturas e as regiões do estado, o avanço

observado evidencia o bom desempenho da produção agrícola no estado. Tal evolução produtiva se traduz diretamente na dimensão econômica do setor, observada por meio do aumento expressivo do Valor Bruto da Produção Agricultura (VBPA) e da ampliação da participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) das mesorregiões paranaenses.

O avanço do VBP nas mesorregiões confirma não apenas o aumento quantitativo da produção, mas também o fortalecimento econômico do setor primário, impulsionado pela valorização das commodities agrícolas. Esse crescimento refletiu diretamente na elevação da participação do setor agropecuário no Produto Interno Bruto (PIB) regional. Assim, o desempenho do VBP e sua crescente contribuição ao PIB demonstram o papel central da agricultura como vetor de crescimento econômico regional.

Todavia, ao analisar o número de empregos na agricultura, observa-se um movimento pouco homogêneo entre as mesorregiões. Enquanto algumas áreas chegaram a mais que dobrar o número de postos de trabalho, outras registraram redução significativa no total de empregos. Já em relação à renda a dinâmica é inversa, houve uma redução da renda média em todas as regiões analisadas, com destaque para regiões como o Norte Central Paranaense, que apresentou simultaneamente queda na renda média e diminuição do número de ocupações agrícolas.

A análise dos indicadores de emprego e renda do setor agrícola evidencia que, embora a expansão do agronegócio paranaense tenha gerado efeitos positivos sobre o mercado de trabalho o mesmo já não acontece com os rendimentos agrícolas, esses impactos se mostraram proporcionalmente muito inferiores ao crescimento observado na produção e no Valor Bruto da Produção (VBP). Em outras palavras, o dinamismo produtivo e a elevação do valor agregado não se traduziram, na mesma magnitude, em ganhos sociais para os trabalhadores do setor.

Dessa forma a hipótese admitida pode ser considerada parcialmente aceita já que os resultados obtidos permitem concluir que o avanço das commodities agrícolas no Paraná consolidou a importância da agricultura como vetor de crescimento econômico e fortalecimento regional. Contudo, o desenvolvimento observado manteve-se assimétrico, tanto entre as mesorregiões quanto entre os diferentes segmentos do setor, revelando que o progresso econômico não foi plenamente acompanhado por um avanço social equivalente. Nesse sentido, a consolidação de

um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável depende de outros fatores, como políticas públicas que promovam maior inclusão produtiva, valorização do trabalho agrícola e distribuição mais equitativa dos benefícios gerados pelo agronegócio.

REFERÊNCIAS

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.

ABBADE, E. B. O papel do agronegócio brasileiro no seu desenvolvimento econômico. **Revista Gestão da Produção Operações e Sistemas**, n. 3, p. 149, 2014. A Fundação para o Desenvolvimento de Bauru (FunDeB). Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/gepros/article/view/1053>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ADELMA, I. **Teorias do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Resultados do comércio exterior brasileiro - dados consolidados**. 2024. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html#series-historicas-detalhadas. Acesso em: 28 set. 2024.

ARAGÃO, A.; CONTINI, E. **O agro no Brasil e no mundo: uma síntese do período de 2000 a 2020**. Brasília: Embrapa, 2021. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/10180/62618376/O+AGRO+NO+BRASIL+E+NO+MUNDO.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2024.

ARIENTI, P. F. F.; VASCONCELOS, D. S.; ARIENTI, W. L. **Economia política internacional: um texto introdutório**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.

BITTENCOURT, M. V. L. Desenvolvimento econômico e agricultura, 1992. **Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica**, São Paulo, p.1, 12, 1992. Disponível em: <https://mail.abphe.org.br/arquivos/mauricio-vaz-lobo-bittencourt.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2025.

CANO, W. Crise e industrialização no Brasil entre 1929 e 1954: a reconstrução do estado nacional e a política nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 35, n. 3, p. 444-460, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/FwKt39SvPW36Thr993KRrF/>. Acesso em: 26 jul. 2024.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Acompanhamento da safra brasileira: grãos – safra 2022/2023 – 12º levantamento**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.conab.gov.br>. Acesso em: 01 mai. 2025.

FERREIRA, L. T. **Produção mundial de café para safra 2023-2024 totaliza 171,4 milhões de sacas de 60kg**. Brasília: Embrapa, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/88547345/producao-mundial-de-cafe-para-safra-2023-2024-totaliza-1714-milhoes-de-sacas-de-60kg>. Acesso em: 26 jul. 2024.

FIANI, R. **Cooperação e Conflito**. São Paulo: Elsevier, 2011.

FONSECA, P. C. D. Keynes: o liberalismo econômico como mito. **Economia e Sociedade**, v. 19, n. 3, p. 425-447, dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/QhXSWVFjG5rfnZfnjHdWp6r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2024.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz, Terra, 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONTIJO, C. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 3, p. 413-430, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/d5PbLNZhRCM9Ss3WBcztJYg/?format=pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

HEILBRONER, R. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultura, 1996.

HUGON, P. **A história das doutrinas econômicas**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção agropecuária**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/. Acesso em: 27 jul. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB dos municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios. Acesso em: 19 out. 2025.

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice IparDES de Desempenho Municipal (IPDM)**. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Indice-Ipardes-de-Desempenho-Municipal-0>. Acesso em: 05 nov. 2025.

IZEPÃO, R. L.; GARDENAL, L. A. S. Café, capital cafeeiro e industrialização no Paraná. Maringá: **A Economia em Revista - AERE**, v. 23, n. 2, p. 69-89, 13 jun. 2015.

KON, A. **Economia Industrial**. São Paulo: AMPUB Comercial Ltda, 1999.

LLORENTO, D. G. **O papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico: análise comparativa entre Brasil e China**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/78125>. Acesso em: 04 jun. 2025.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Anuário da agricultura brasileira 2023**, Brasília: MAPA, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura>. Acesso em: 21 mai. 2025.

MARCATO, M. B. O (sub)desenvolvimento sob a perspectiva do estruturalismo latino-americano. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 27, n. 2, 2014.

MATEI, A. P.; SILVA, L. X. As interações com o ambiente institucional nas agroindústrias familiares gaúchas. **Redes**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 358-377, 2016.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDONÇA, M. G.; PIRES, M. C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Thonson, 2002.

MENDONÇA, M. L. O papel da agricultura nas relações internacionais e a construção do conceito de agronegócio. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 375-402, mai. 2015.

MICHELS, E.; OLIVEIRA, N.; WOLLENHAUPT, S. **Fundamentos da economia**. 1. ed. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa de disseminação de estatística do trabalho**. Brasília: MTE, 2025. Disponível em: <https://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/o-pdet/portifolio-de-produtos/series-historicas.htm>. Acesso em: 19 out. 2025.

MORAES, A. C. Destruição criativa: a tese de Schumpeter sobre a decomposição do capitalismo. **Revista Pesquisa e Debate**, [S. l.], v. 33, n. 1(59), 2021.

NICHOLLS, W. H. A agricultura e o desenvolvimento econômico do Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, p. 169-206, 1972.

OZANA, C. D. M. Agronegócio e Desenvolvimento Econômico: um resgate histórico da evolução da economia agrícola paranaense. **Revista Unioeste**, Francisco Beltrão, n. 1, p. 15–36, 2021. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gestaoedesenvolvimento/index>. Acesso em: 26 out. 2025.

PAIVA, M. S.; CUNHA, G. H. M.; SOUZA JUNIOR, C. V. N.; CONSTANTINO, M. Inovação e os efeitos sobre a dinâmica de mercado: uma síntese teórica de Smith e Schumpeter. **Interações**, Campo Grande, p. 155-170, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/DVkwShDFG99PSxN3tjrndcq/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2024.

PAIVA, R. M. I. **A agricultura no desenvolvimento econômico: suas limitações como fator dinâmico**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979.

PEREIRA, C. B. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. São Paulo: EESP, 2008.

PINTO, A. **Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina**. CEPAL, Santiago, 1973. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/9d4a2182-1135-43b4-bc62-82cf92c2196e/content>. Acesso em: 13 ago. 2025.

PREBISCH, R. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

REIS, A.; SANTIN, M. F. C. L. A teoria da renda da terra ricardiana: um marco unificador entre as economias da poluição e dos recursos naturais. **Perspectiva Econômica**, Porto Alegre, p. 1-17, 2007. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/view/4342. Acesso em: 28 jul. 2024.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. Nova Cultural, 1996.

RODRIGUES, G. S. S. C.; ROSS, J. L. S. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil: perspectivas geográfica, histórica e ambiental**. EDUFU, 2020.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. Nova Cultural, 1997.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: USP, 1965.

SERRA, E. Reflexões sobre a origem da crise agrária no Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 45-58, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/12861>. Acesso em: 2 jul. 2024.

SILVA, A. C.; BEZERRA, F. D. S. O papel do estado e as políticas econômicas para Keynes: uma análise para o período 2010 – 2015. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 27, n. 3, p. 300-310, 2019. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/14173>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SILVA, A. L. G. Estruturalismo Latino-Americano e desenvolvimento na perspectiva Neo-Schumpeteriana. *In*: CONFERENCIA INTERNACIONAL LALICS, 2013, Rio de Janeiro, p. 1–25, 12. nov. 2013. Disponível em: https://redesist.ie.ufrj.br/lalics/papers/124Estruturalismo_LatinoAmericano_e_Desenvolvimento_na_Perspectiva_NeoSchumpeteriana.pdf. Acesso em: 26 out. 2025.

SILVA, N. P. A filosofia moral na economia política clássica: o pensamento de Adam Smith. **(Syn)thesis**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/25834>. Acesso em: 27 jul. 2024.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/204225>. Acesso em: 02 jul. 2024.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2011.

SWAIN, T. N. Fronteiras do Paraná: da colonização à migração. **Fronteiras**, Brasília, p. 1, 19, 1992. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/b_fdi_03_01/37774. Acesso em: 02 jul. 2024.

TAVARES, M. C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

THWEATT, W. O. **Teorias do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA FILHO, J. E. R.; VIEIRA, A. C. P. **Diagnóstico e desafios da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2019.

ZIKMUND, W. G. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Cengage Learning, 2000.